STJ00114343

Conrado Paulino da Rosa

DIREITO DE FAMÍLIA
Contemporâneo

9ª edição | revista atualizada ampliada

2022

EDITORA JusPODIVM
www.editorajuspodivm.com.br

STJ00114343

EDITORA JusPODIVM
www.editorajuspodivm.com.br

Rua Canuto Saraiva, 131 – Mooca – CEP: 03113-010 – São Paulo – São Paulo
Tel: (11) 3582.5757
• Contato: https://www.editorajuspodivm.com.br/sac

Copyright: Edições JusPODIVM

Capa: Ana Caquetti

Gráficos elaborados pela designer: Pamela May

R788c Rosa, Conrado Paulino da.
Direito de Família Contemporâneo / Conrado Paulino da Rosa – 9. ed. rev., ampl. e atual. – São Paulo: Juspodivm, 2022.
976 p.

Bibliografia.
ISBN 978-85-442-3680-2.

1. Direito Civil. 2. Direito de Família. I. Rosa, Conrado Paulino da. II. Título.

CDD 342.16

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

STJ00114343

Sumário

1. INTRODUÇÃO AO DIREITO DE FAMÍLIA 27

1.1. A família através dos tempos: da gestão masculina autônoma à ingerência estatal 27

1.2. O avanço da intervenção estatal e sua ineficiência 37

1.3. A família na contemporaneidade 58

1.4. O direito de família "mínimo" *versus* direito da criança e do adolescente "máximo" 75

2. DAS FAMÍLIAS EXPRESSAMENTE PREVISTAS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL 81

2.1. Matrimonial 81

2.1.1. Conceito 81

2.1.2. Capacidade 82

2.1.3. Impedimentos 86

2.1.3.1. Absolutos 86

2.1.3.2. Relativos 91

2.1.3.3. Legitimidade para arguir impedimentos 93

2.1.3.4. Resumo quanto aos impedimentos matrimoniais 95

2.1.4. Modalidades 95

2.1.4.1. Civil 95

2.1.4.2. Religioso 98

2.1.4.3. Por procuração 99

STJ00114343

2.1.4.4. Casamento em caso de moléstia grave e nuncupativo (*in extremis*) ... 100
2.1.4.5. Putativo ... 103
2.1.4.6. Consular ... 104
2.1.4.7. De estrangeiros ... 104
2.1.5. Prova ... 104
2.1.6. Invalidade ... 105
2.1.6.1. Nulidade ... 106
2.1.6.2. Anulabilidade ... 109
2.1.6.3. Quadro comparativo das hipóteses de nulidade e anulabilidade do casamento ... 119
2.1.7. Eficácia ... 119
2.1.7.1. Deveres comuns e igualdade conjugal ... 120
2.1.7.2. Acréscimo do nome ... 121
2.1.7.3. Dever de fidelidade recíproca ... 124
2.1.7.4. Dever de respeito e consideração mútuos ... 125
2.1.7.5. Dever de vida em comum no domicílio conjugal ... 125
2.1.7.6. Dever de mútua assistência ... 126
2.1.7.7. Dever de sustento, guarda e educação dos filhos ... 127
2.1.7.8. Não fluência dos prazos prescricionais e a possibilidade de usucapião conjugal ... 127
2.1.8. Resumo dos tópicos abordados ... 128

2.2. Convivencial (união estável) ... 129
2.2.1. Conceito e visão histórica ... 129
2.2.2. Características ... 131
2.2.3. Requisitos ... 132
2.2.3.1. Dualidade de sexos ... 133
2.2.3.2. Publicidade ... 135
2.2.3.3. Durabilidade ... 137
2.2.3.4. Continuidade ... 139
2.2.3.5. Objetivo de constituição de família ... 139
2.2.3.6. Desnecessidade de coabitação ... 142
2.2.4. Impedimentos ... 143
2.2.5. Da inaplicabilidade das causas suspensivas matrimoniais às relações convivenciais ... 144
2.2.6. Resumo quanto aos requisitos e impedimentos ... 148
2.2.7. Termo inicial: em que momento o "crush" vira direito? ... 149
2.2.8. Direitos e deveres ... 152

STJ00114343

2.2.9. Efeitos e conteúdo do contrato ou escritura de convivência 154
2.2.10. Da possibilidade de renúncia à herança no contrato ou escritura de convivência ... 161
2.2.11. Da possibilidade de realização de contrato ou escritura pública de namoro ... 164
2.2.12. Necessidade de outorga do convivente para alienação de imóveis ... 167
2.2.13. Conversão da união estável em casamento ... 170
2.2.14. Diferenças existentes em relação aos direitos dos cônjuges ... 172

2.3. Monoparental ... 175
2.3.1. Conceito ... 175
2.3.2. Hipóteses ... 176

3. DAS FAMÍLIAS IMPLICITAMENTE PREVISTAS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL ... 179

3.1. Eudemonista ... 180
3.2. Unipessoais ... 183
3.3. Parental ... 186
3.4 Solidária ... 187
3.5. Mosaico ... 188
3.6. Extensa ... 196
3.7. Homossexual ... 198
3.7.1. Conceito e disposições gerais ... 198
3.7.2. Princípios constitucionais aplicáveis à temática ... 202
3.7.3. O papel da jurisprudência no reconhecimento de direitos aos casais do mesmo sexo ... 208
3.7.4. A dissolução da união homossexual e seus efeitos jurídicos 213
3.7.5. Filiação nas relações homoafetivas ... 214
3.8. Simultânea ... 217
3.9. Poliafetiva ... 230
3.10. Virtual (“ifamily”) ... 235
3.11. Coparental ... 244
3.12. Multiespécie ... 245
3.13. Resumo dos modelos de família ... 248

STJ00114343

4. REGIME DE BENS 249

4.1. Conceito e disposições gerais 249

4.2. Do pacto antenupcial 253

4.2.1. Disposições gerais 253

4.2.2. Estabelecimento de cláusulas existenciais 255

4.2.3. Celebração de negócios jurídicos processuais 259

4.3. Modalidades 262

4.3.1. Comunhão parcial de bens 262

4.3.2. Comunhão universal de bens 280

4.3.3. Separação convencional de bens 285

4.3.4. Separação obrigatória de bens 288

4.3.5. Participação final nos aquestos 295

4.3.6. Regime atípico ou misto 297

4.4. Atos que dependem da autorização do cônjuge 298

4.5. Atos que independem da autorização do cônjuge 304

4.6. Modificação do regime de bens no casamento 308

4.7. Modificação do regime de bens na união estável 315

4.8. Pactos e contratos pós-nupciais 317

5. DISSOLUÇÃO DO CASAMENTO E DA UNIÃO ESTÁVEL 319

5.1. Fim da união e suas dificuldades 319

5.2. Dissolução do casamento 322

5.2.1. Da indissolubilidade ao direito potestativo ao divórcio 322

5.2.2. Da separação e a sua inutilidade no direito de família contemporâneo 326

5.2.3. Divórcio 330

5.2.3.1. Procedimento do divórcio litigioso 332

5.2.3.2. Divórcio unilateral e liminar 337

5.2.3.3. Procedimento judicial do divórcio consensual 345

5.2.3.4. Divórcio extrajudicial 349

5.2.3.5. Retorno ao nome de solteiro(a) e a modificação dos assentos de nascimento dos filhos 353

5.2.3.6. Organograma do divórcio 354

5.2.3.7. Divórcio realizado no estrangeiro e suas modificações após a Emenda 66/2010 355

5.2.3.8. Divórcio "post mortem" 358

STJ00114343

5.3. Dissolução das famílias convivenciais 360
5.3.1. Disposições gerais 360
5.3.2. Organograma da dissolução das famílias convivenciais 366
5.4. Temas relevantes na prática do divórcio e da dissolução da união estável 367
5.4.1 Separação de corpos em sede de tutela provisória de urgência antecipada antecedente 367
5.4.2. Viabilidade da cumulação do reconhecimento de união estável antecedente ao casamento e da ação de divórcio 369
5.4.3. Da fixação de aluguel no caso de utilização exclusiva de bem pendente de partilha 370
5.4.4. Ação de exigir contas entre cônjuges e companheiros 375
5.4.5. Cessão de meação entre os parceiros afetivos ou terceiros 378
5.4.6. Partilha das cotas sociais 380
5.4.7. Partilha de bens financiados 384
5.4.8 Partilha de previdência privada 387
5.4.9. Possibilidade de reconhecimento da separação de fato mesmo com a manutenção de coabitação 389
5.4.10. Desconsideração inversa da personalidade jurídica 391
5.4.11. Prescrição da partilha de bens? 394
5.4.12. Aplicação da pena de sonegados na partilha de bens 397
5.4.13. Postagens do ex-casal nas redes sociais e o direito ao esquecimento 399
5.4.14. Usucapião de meação 401

6. RELAÇÕES DE PARENTESCO 403
6.1. Conceito e aplicações 403
6.2. O vínculo de parentesco 406
6.2.1. Em linha reta 407
6.2.2. Em linha colateral, transversal ou oblíqua 407
6.2.3. Por afinidade 410

7. FILIAÇÃO 413
7.1. Prova da filiação 414
7.2. Filiação matrimonial 419
7.3. Filiação decorrente de relacionamento convivencial ou eventual 427
7.3.1. Reconhecimento dos filhos de forma voluntária 427
7.3.2. Reconhecimento dos filhos de forma oficiosa 428

STJ00114343

7.3.3. Reconhecimento dos filhos por via do procedimento previsto no Provimento 16/2012 do CNJ 430

7.4. Filiação decorrente de procedimentos de reprodução assistida 433

7.5. Filiação decorrente de inseminação caseira 434

7.6. Filiação socioafetiva por meio da posse do estado de filho 435

7.6.1. Características gerais 435

7.6.2. Ação declaratória de filiação socioafetiva 439

7.6.3. Verdade biológica "versus" afetiva: como resolver essa equação? 447

7.6.4. Posse de estado de filho na prática: quais os caminhos possíveis? 451

7.7. Multiparentalidade 453

7.8. Reconhecimento extrajudicial de filiação socioafetiva e multiparentalidade 459

7.9. Maternidade de substituição 466

7.10. Investigação da parentalidade 469

7.11. Investigação da ancestralidade genômica 480

7.12. Ação negatória de paternidade 483

7.13. Ação anulatória de registro civil 486

7.14. Impugnação imotivada de paternidade 488

8. ADOÇÃO 491

8.1. Conceito e disposições gerais 491

8.2. Pessoas que podem adotar e ser adotadas 494

8.3. Procedimento 499

8.4. Adoção internacional 507

8.5. Adoção dirigida ou intuitu personae 508

8.6. Adoção unilateral 511

9. FUNÇÃO PARENTAL (PODER FAMILIAR) 517

9.1. Conceito 517

9.2. Obrigações 521

9.3. Usufruto e administração dos bens dos filhos e a possibilidade da ação de exigir contas 533

9.4. Suspensão 536

STJ00114343

9.5. Destituição ... 537
9.6. Abandono afetivo e a obrigação de cuidado inerente à função parental ... 543
9.7. Abandono digital ... 560
9.8. Sharenting e a proteção dos direitos das crianças e adolescentes ... 562

10. GUARDA ... 567
10.1. Conceito ... 567
10.2. Modalidades de guarda ... 568
10.3. A aplicação da guarda compartilhada mesmo em casos de litígio entre os genitores ... 578
10.4. Guarda compartilhada quando os genitores não residem na mesma cidade ou país ... 584
10.5. A excepcionalidade da aplicação da guarda unilateral ... 586
10.6. Exercício do dever de vigilância ... 589
10.7. Alimentos na guarda compartilhada ... 590
10.8. Guarda alternada ... 591
10.9. Guarda atribuída a terceiros ... 592

11. CONVIVÊNCIA FAMILIAR ... 597
11.1. Conceito e aplicação ... 597
11.2. Da impossibilidade de fixação de regime livre de convivência à luz da doutrina da proteção integral ... 604
11.3. Legitimidade dos avós, tios e irmãos unilaterais ... 608
11.4. Efetividade ... 611

12. ALIENAÇÃO PARENTAL ... 617
12.1. Características gerais ... 617
12.2. Formas exemplificativas de alienação parental ... 623
12.3. Questões processuais ... 628
12.4. Medidas a serem tomadas ... 635
12.5. A guarda compartilhada como meio de prevenção ... 638
12.6. Abuso afetivo e os danos morais pela prática alienadora ... 640
12.7. Denunciação caluniosa decorrente da falsa denúncia de violência física ou sexual ... 645

STJ00114343

13. ALIMENTOS 655
13.1. Conceito 655
13.2. Classificação quanto à causa jurídica 657
13.3. Classificação quanto à natureza 659
13.4. Características do direito à prestação alimentícia 660
13.4.1. Direito personalíssimo 660
13.4.2. Intransferibilidade 661
13.4.3. Incompensabilidade 661
13.4.4. Irrenunciabilidade 663
13.4.5. Impenhorabilidade 665
13.4.6. Irrepetibilidade 665
13.4.7. Reciprocidade 666
13.4.8. Divisibilidade 667
13.4.9. Da solidariedade da dívida alimentar em favor do idoso 668
13.4.10. Condicionabilidade 669
13.4.11. Alternatividade 669
13.4.12. Futuridade 671
13.4.13. Transmissibilidade 671
13.5. Espécies 674
13.5.1. Gravídicos 674
13.5.2. Provisórios e provisionais 678
13.5.3. Transitórios 684
13.5.4. Alimentos intuitu familiae 687
13.5.5. Compensatórios 689
13.5.6. Definitivos 697
13.6. Fixação e base de incidência 697
13.7. Fixação em acordo realizado pelo ministério público ou defensoria pública, pelos advogados ou mediador credenciado 710
13.8. Obrigação em favor de filhos crianças e adolescentes 711
13.9. Alimentos em favor de filho maior de idade 715
13.10. Obrigação em favor de filhos socioafetivos 717
13.11. Alimentos decorrentes do final de relacionamento afetivo 720
13.12. Obrigação em favor do idoso 724
13.13. Obrigação dos avós 727
13.14. Obrigação dos colaterais: do pagamento de alimentos pelos irmãos e da impossibilidade de fixação entre tios e sobrinhos 732

STJ00114343

13.15. Revisão e extinção 736
13.16. Procedimento indigno do credor 744
13.17. Competência 746
13.18. Valor da causa 747
13.19. Execução 748
13.19.1. Execução de título extrajudicial 750
13.19.2. Execução de título judicial 752
13.19.2.1. Rito da coerção pessoal (prisão) 752
13.19.2.2. Rito de constrição patrimonial 769
13.19.2.3 Cobrança por ambos os ritos no mesmo procedimento 775
13.19.3. Instrumentos de defesa do executado 776
13.19.3.1. Disposições gerais 776
13.19.3.2. Quadro sobre as possibilidades de defesa do executado nos ritos da expropriação e coerção pessoal 779
13.20. Danos morais por inadimplemento alimentar 780
13.21. Ação de exigir contas em relação às parcelas alimentares 788
13.22. Prescrição 802
13.23. A inconstitucionalidade da tributação em pensões alimentícias como forma de garantia do mínimo existencial 804
13.24. Questões contemporâneas no direito alimentar 811
13.24.1. Ação de regresso para ressarcimento dos valores pagos a título de alimentos gravídicos ou provisionais 811
13.24.2. Ação de indenização das despesas adicionais do período da gravidez quando ausente postulação de alimentos gravídicos 814
13.24.3. Estipulação de compensação financeira ao genitor com dedicação exclusiva à prole 817

14. TUTELA E CURATELA 819
14.1. Notas introdutórias quanto ao direito protetivo 819
14.2. Tutela 820
14.2.1. Conceito e obrigações 820
14.2.2. Dos Bens do Tutelado 830
14.2.3. Prestação de contas 831
14.2.4. Cessação da Tutela 832

STJ00114343

14.3. Curatela 832
14.3.1. Do instituto da curatela e as alterações promovidas pelo Estatuto das Pessoas com Deficiência 832
14.3.2. Autocuratela 838
14.3.3. Processo de tomada de decisão apoiada 839
14.3.4. Das hipóteses excepcionais de curatela 843
14.3.5. Levantamento da curatela 847

15. ASPECTOS PROCESSUAIS DO DIREITO DE FAMÍLIA 849
15.1 "Leva tudo aquilo que eu dei...": Os conflitos familiares e a necessidade de uma intervenção diferenciada 849
15.2. Competência 852
15.3. Os fatos na petição inicial e o abandono do paradigma de "novela mexicana" 853
15.4. Valor da causa e custas processuais 854
15.5. Pedido para riscar expressões negativas nas petições 858
15.6. O procedimento diferenciado das ações de família 861
15.7. Mediação familiar 865
15.7.1. Disposições gerais 865
15.7.2. A prática da mediação familiar à luz do CPC de 2015 e da Lei da Mediação 867
15.7.3. A prática da mediação familiar nos serviços notariais e de registro 872
15.8 Negócios jurídicos processuais 875
15.9 Distribuição dinâmica do ônus da prova 881
15.10 Prova testemunhal 889
15.11. Prova pericial e a importância do assistente técnico 892
15.11.1 Disposições gerais 892
15.11.2 A perícia psicológica e a necessária revisão da Resolução n. 008/2010 do Conselho Federal de Psicologia 897
15.12. A prova ilícita nas demandas familistas 900
15.13. Disregard (desconsideração inversa da personalidade jurídica) nas dissoluções afetivas e nas ações de alimentos 906
15.14. Abuso do processo e o assédio processual 911
15.15. Defensoria pública como custos vulnerabilis em ações de família 915

STJ00114343

16. COVID-19 E SEUS IMPACTOS NO DIREITO DE FAMÍLIA 919

16.1 Não está na hora de "mudar o disco"? 919

16.2 A imperiosa compreensão do instituto da guarda compartilhada 919

16.3 O regime de convivência com ambos os núcleos familiares 923

16.4 Obrigação alimentar 929

16.4.1. Ações revisionais 929

16.4.2. Incidência sobre seguro desemprego e auxílio emergencial 931

16.4.3 Execução de alimentos 934

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 939